



Mercado de trabalho da RMPA: rumo ao Trabalho Decente?

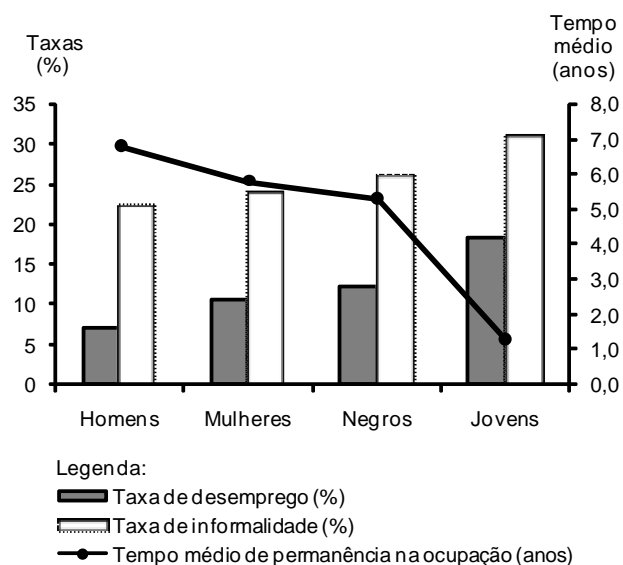
Trabalho Decente é um conceito desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao final dos anos 90, com o objetivo de promover oportunidades para homens e mulheres obterem um trabalho produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e diálogo social, com respeito aos direitos no trabalho e combate a todas as formas de discriminação. Propunha-se ser, à época, uma forma de contra-arrestar os efeitos nocivos sobre o mercado de trabalho — em especial, a precarização das condições de inserção ocupacional e o desemprego — decorrentes da crise do capitalismo, em um contexto de globalização, reestruturação produtiva e adoção de políticas de corte neoliberal. Nesse contexto, o Brasil lançou, em 2006, a Agenda Nacional do Trabalho Decente. Em período recente, com a crise econômico-financeira e seus impactos negativos sobre os trabalhadores, esse conceito adquire relevância especial, reforçando a premissa da OIT de que a promoção do Trabalho Decente deve ter um lugar central, e não residual, nas estratégias de desenvolvimento dos países, no sentido de superar os déficits de Trabalho Decente existentes. Com isso, reafirma-se a centralidade do trabalho em nossas sociedades, à medida que, além de assegurar o sustento da vida material, o trabalho significa também integração social, identidade e dignidade pessoal.

Sob esse enfoque, a análise do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMPA), mostra uma precarização do trabalho nos anos 90, com ampliação dos déficits de Trabalho Decente na Região, e uma evolução favorável na primeira década deste século, na qual os indicadores do mercado de trabalho acusaram significativa melhora. De fato, nessa década, registrou-se queda da taxa de desemprego, que passou de 19,0% em 1999 para 8,7% em 2010 — a mais baixa da série histórica da Pesquisa —, e redução da taxa de informalidade (de 29,3% para 23,1% do total de trabalhadores respectivamente). De modo inverso, houve crescimento expressivo do emprego assalariado com carteira assinada no setor privado (do total de 504 mil postos de trabalho gerados no período, 304 mil, ou 68%, foram nessa modalidade), ampliação da proteção social aos trabalhadores (a parcela com contribuição à Previdência Social passou de 70,7% em 1999 para 76,9% em 2010) e recuperação do valor do rendimento médio real, com diminuição dos diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres.

Todavia perduram déficits de Trabalho Decente, muitos deles decorrentes de traços estruturais, aos quais se somaram aspectos vinculados às características do mercado de

trabalho contemporâneo, cabendo destaque a situações como: elevada parcela de trabalhadores em condições de inserção precária, especialmente aqueles com maior grau de exclusão do sistema de proteção social (assalariados sem carteira de trabalho, empregados domésticos e autônomos, com maior incidência entre jovens e negros); taxas de desemprego relativamente elevadas, apesar da trajetória de queda desse indicador, sendo mais acentuadas entre os jovens e as mulheres; desigualdades de inserção no mercado de trabalho — muitas das quais têm origem em outros âmbitos, pois se encontram enraizadas em fatores socioculturais —, em que se sobressai a condição das mulheres, dos jovens e dos negros como os grupos mais vulneráveis, dado que são mais expostos aos riscos do mercado de trabalho (taxas de desemprego mais elevadas, menor vinculação ao sistema de proteção social, menores níveis de rendimento do trabalho e tempo médio de permanência na ocupação mais reduzido). Por conseguinte, a promoção do Trabalho Decente coloca-se como imperativo no sentido de garantir e ampliar possibilidades de inclusão social pela via do trabalho.

Taxa de desemprego, taxa de informalidade e tempo médio de permanência na ocupação, por grupos selecionados, na RMPA — 2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Miriam De Toni (FEE/CPED)

Desempenho da agricultura no primeiro semestre e perspectivas para 2011

O desempenho da lavoura gaúcha, no primeiro trimestre de 2011, foi destaque no resultado do Índice Trimestral da Atividade Produtiva (ITAP), divulgado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Registrou-se um crescimento real de 33,4% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. Tal desempenho impulsionou significativamente a economia do Estado, contribuindo com 2,5 pontos percentuais do crescimento de 7,3% apontado pelo indicador. Dois produtos determinaram o grande crescimento real da agricultura no primeiro quarto do ano: o arroz e o fumo. Juntas, essas duas culturas, que apresentaram crescimentos expressivos no período, representam em torno de 65% do valor produzido pela agricultura no primeiro trimestre.

O arroz apresentou um crescimento de 27,6% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. Esse movimento retoma a trajetória de crescimento dessa cultura, iniciada em 2007 e interrompida em 2010 devido a uma quebra de safra. Em 2011, alcançou-se a maior quantidade produzida da série histórica. Segundo estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), a produção de arroz em 2011 será de, aproximadamente, 8,9 milhões de toneladas. O crescimento do arroz deu-se tanto em área colhida (11,1%) quanto em produtividade (14,8%), que é definida como a razão entre a quantidade produzida em toneladas e a área colhida em hectares.

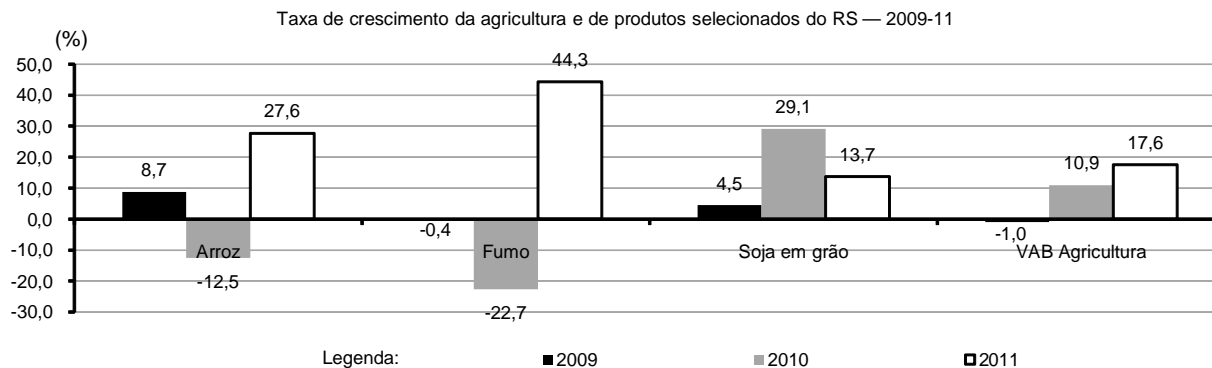
A outra principal cultura do primeiro trimestre, o fumo, apresentou um crescimento de 38,7% em relação a igual período do ano anterior. O crescimento deste ano dá-se sobre dois anos de queda da quantidade produzida, quando a produção caiu 23%. Com o crescimento em 2011, a produção ultrapassou ligeiramente o patamar alcançado em 2006 e 2007, com uma quantidade produzida da ordem de 475.000 tonela-

das, de acordo com projeções do LSPA. Diferentemente do arroz, a área de cultivo reservada ao fumo manteve-se praticamente estável, com um crescimento de 1,3%. O bom desempenho da lavoura de fumo veio a partir de um aumento de 42,3% da produtividade do setor, que se deve, em parte, à quebra de safra do ano anterior.

Com os dados disponíveis até junho, já se pode projetar o desempenho da agricultura gaúcha no ano de 2011. Isto porque cerca de 90% do seu valor é gerado no primeiro semestre do ano, período em que se concentram as principais culturas produzidas no Estado (soja, arroz e fumo). Aproximadamente, 33% da produção anual da agricultura ocorrem no primeiro trimestre, e 57%, no segundo. O principal produto da lavoura do Estado no segundo trimestre é a soja, representando em torno de 60% da produção desse período. A soja também é o principal produto da lavoura do Estado quando se considera a produção de todo o ano, representando 36,9% da lavoura gaúcha, seguida do arroz (25,0%) e do fumo (10,8%).

Segundo dados do LSPA, o crescimento previsto para a produção de soja em 2011 é de 13,7%, o que significa um novo recorde de produção, estimada em, aproximadamente, 11,8 milhões de toneladas. Este é o terceiro ano consecutivo de crescimento da produção de soja, após a quebra de safra de 2007. O que garantiu a continuidade do crescimento da produção neste ano foi, principalmente, o aumento de 10,4% da produtividade e, em menor grau, o crescimento de 3,0% da área colhida.

Impulsionada pelo crescimento das três principais culturas do Estado, a agricultura gaúcha, em 2011, deverá apresentar um bom resultado. A partir das estimativas do LSPA relativas a junho, pode-se estimar um crescimento da lavoura em 2011, medida pelo ITAP, de 17% aproximadamente, crescimento maior do que o ocorrido no último ano.



FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.

NOTA: Em 2011, o índice da agricultura é a previsão do ITAP anual com dados até junho do LSPA.

Rodrigo de Sá (FEE/CIE)

Plano-Safra 2011/2012 para a agricultura familiar: comercialização em evidência

A agricultura familiar ocupa hoje um inegável espaço na economia e na sociedade brasileiras e, por isso, vem tendo relevância nas determinações de políticas públicas. Para a safra 2011/2012, a política instituiu novos incentivos, com o objetivo de ampliar e fortalecer as atividades do segmento, dessa vez, para fora dos limites da unidade de produção.

Com um total de recursos de R\$ 16 bilhões, valor idêntico ao disponibilizado para a safra anterior, o avanço significativo do Plano-Safra 2011/2012 fica por conta de um maior apoio às políticas voltadas para a comercialização dos produtos agrícolas familiares. A Política de Garantia de Preços Mínimos Para a Agricultura Familiar (PGPM-AF), além de incorporar outros produtos à lista atual, pretende contribuir na redução da volatilidade dos preços regionais, através da regulação e da formação desses preços nos principais mercados onde atua a agricultura familiar. Desde o plantio, o agricultor familiar contará com um preço que norteará sua produção e que vigorará na colheita como referencial mínimo para comercialização. Com preços de mercado mais adequados e oportunidades ímpares, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por sua vez, poderá introduzir novos agricultores familiares na comercialização, garantindo o acesso do Programa Fome Zero a estoques estratégicos de alimentos, em quantidades e com a regularidade necessária ao atendimento das questões de insegurança alimentar.

Dando continuidade às políticas de apoio à agricultura familiar para a safra 2011/2012, ressalta-se o Seguro da Agri-

cultura Familiar (Seaf), que passa a cobrir até R\$ 4.000,00 da renda anual e o total do valor financiado para o custeio, assegurando ao produtor o desenvolvimento das atividades produtivas contra adversidades climáticas. Foi também ampliado o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), que propõe garantir a cobertura dos custos de produção. Por ocasião do pagamento em dia dos financiamentos realizados com o Pronaf, os produtores desfrutarão de um bônus de desconto, que passa de R\$ 5.000,00 para R\$ 7.000,00 nas operações de custeio e investimento por agricultor/ano.

Mostrando coerência com a intenção de tornar viável uma agricultura familiar mais autossuficiente, o Plano-Safra 2011/2012 favorece a capacidade de investir dos produtores por meio da continuidade do aprimoramento na infraestrutura de suas unidades produtivas. Com redução na taxa de juro de 4% para 2%, a exemplo de anos anteriores, para o crédito de investimentos do Pronaf acima de R\$ 10.000,00, e com ampliação nos limites desse financiamento, que podem chegar até R\$ 130.000,00, e no prazo de pagamento de oito para 10 anos, as regras para quem pretende alavancar seus negócios são bastante convidativas.

Ao combinar juros mais baixos, reforço aos instrumentos de comercialização e maior prazo para o pagamento dos créditos, o Plano-Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 revigora a diversidade e a sustentabilidade que caracterizam esse segmento.

Elvin Maria Fauth (FEE/CEES)

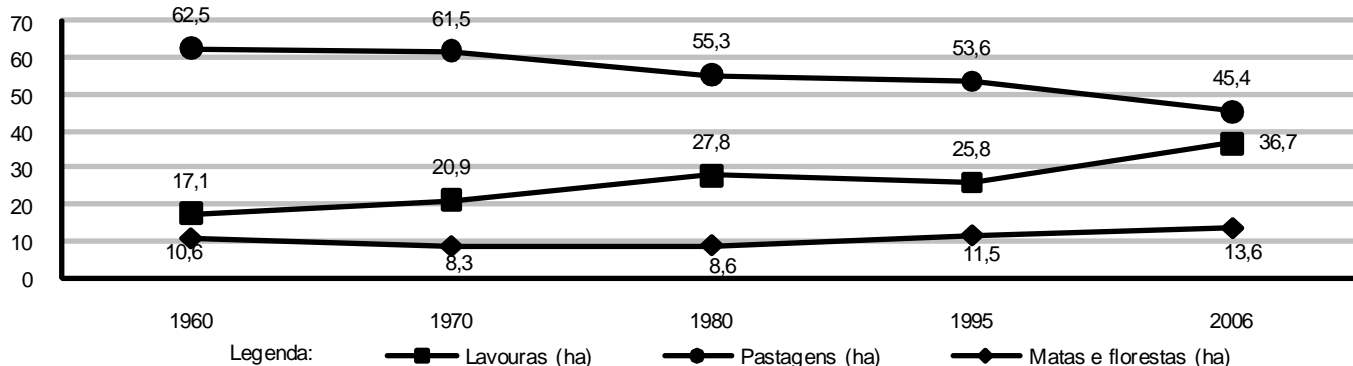
O percentual de utilização das terras para Reserva Legal no RS

O Código Florestal de 1965 determina que, quando da supressão da vegetação nativa, devem ser averbados 20% da área florestal nativa da propriedade rural como Reserva Legal. Em 2009, o Ministério do Meio Ambiente passou a considerar que a supressão da vegetação sem autorização, a partir da vigência do Código em 1965, deverá ser recuperada. Apesar de tal legislação, é difícil identificar as propriedades que possuíam, em 1965, área de floresta nativa e qual o percentual desta na propriedade, pois os cadastros das propriedades rurais estão desatualizados.

No gráfico, apresenta-se a evolução da utilização das terras no RS entre 1960 e 2006, a partir de dados dos Censos Agropecuários do IBGE e do Censo Agropecuário do Departamento Estadual de Estatística.

A cobertura de matas e florestas representava 10,6% em 1960 e 13,6% em 2006, com certa estabilidade de ocupação. A área de lavouras aumentou progressivamente sua participação, ocupando 17,1% da área em 1960 e 36,7% em 2006. Deve-se considerar que a produção agrícola em 1965 foi de quatro milhões de hectares, sendo 380.000 hectares ocupados pela soja. Em 2011, serão plantados em torno de oito milhões de hectares, e, nesses, a soja ocupará 3,9 milhões de hectares. Tudo indica que esse crescimento de participação da lavoura se dá a expensas da área ocupada pela pecuária, que decresceu significativamente sua participação no total, de 62,5% para 45,4%.

Evolução da participação percentual dos tipos de utilização das terras no RS — 1960-2006



FONTE: IBGE. Censo Agropecuário (1960 a 2006).

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — DEE. Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul — Análise e potencialidades do Rio Grande do Sul para o Setor Florestal. Porto Alegre: DEE.

Antônio Carlos Bueno e Souza (FEE/CEES)

Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 8

Tabela 1

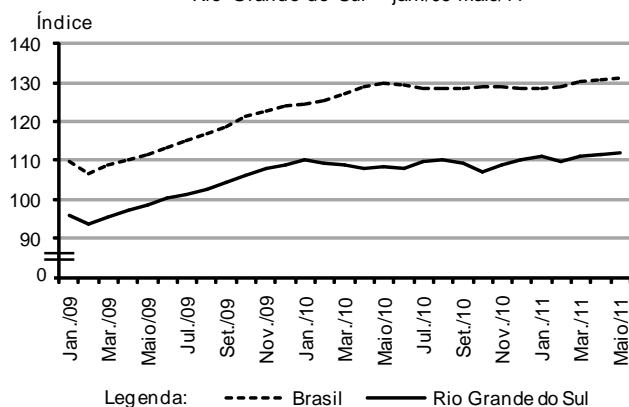
Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — jan.-jun./11

MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
	Jan./11	0,83	0,83	5,99	0,79	0,79
Fev./11	0,80	1,64	6,01	1,00	1,80	11,30
Mar./11	0,79	2,44	6,30	0,62	2,43	10,95
Abr./11	0,77	3,23	6,51	0,45	2,89	10,60
Mai./11	0,47	3,71	6,55	0,43	3,33	9,76
Jun./11	0,15	3,87	6,71	-0,18	3,15	8,64

FONTE: IBGE.
Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-maio/11

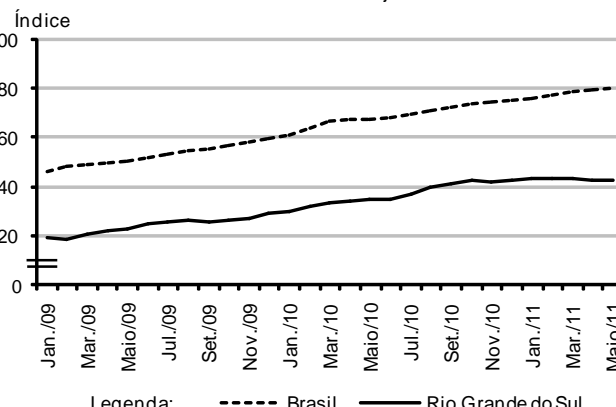


Legenda: ----- Brasil — Rio Grande do Sul

FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-maio/11



Legenda: ----- Brasil — Rio Grande do Sul

FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2003 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — jan.-jun./11

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai./11	Jun./11		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6	1,7
Taxa de câmbio efetiva real (3)	72,4	72,6	72,9	70,3	71,4	70,3	71,6	73,0
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	11,3	11,3	11,8	12,0	12,0	12,3	11,7	11,2
Superávit primário (% do PIB)	5,6	2,6	4,3	5,6	2,2	-	4,0	3,3
Balança comercial (US\$ milhões)	419,6	1 197,2	1 552,4	1 862,9	3 526,9	-	8 559,0	23 166,1
Exportações (US\$ milhões)	15 214,4	16 732,5	19 286,0	20 173,0	23 208,7	-	94 614,6	224 436,3
Importações (US\$ milhões)	-14 794,8	-15 535,3	-17 733,6	-18 310,1	-19 681,8	-	-86 055,6	-201 270,3
Transações correntes (US\$ milhões)	-5 498,2	-3 438,2	-5 645,8	-3 487,5	-4 102,8	-	-22 172,5	-50 963,6

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média de período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 8

Tabela 3

Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan.-jun./11

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	NO ANO (US\$ FOB milhões)			Valor		Volume		Preço	
	RS	Brasil		RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jan./11	1 122	15 214	7,4	33,9	34,6	14,2	9,0	17,2	23,4
Fev./11	2 289	31 947	7,2	33,6	35,9	15,5	11,5	15,6	22,0
Mar./11	3 802	51 233	7,4	39,4	30,6	20,0	5,5	16,0	23,5
Abr./11	5 261	71 406	7,4	29,0	31,3	10,0	2,8	17,0	27,1
Mai./11	7 292	94 614	7,7	29,1	31,2	8,0	2,4	18,7	27,6
Jun./11	9 261	118 304	7,8	29,7	32,6	8,3	1,7	19,1	29,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Tabela 4

Taxa de desemprego, por tipo, no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan.-jun./11

MESES	TAXA DE DESEMPREGO (%)					
	Total		Aberto		Oculto	
	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jan./11	7,3	10,4	5,9	7,6	1,4	2,8
Fev./11	7,3	10,5	6,1	7,7	1,2	2,8
Mar./11	7,4	11,2	6,3	8,3	1,1	2,8
Abr./11	7,4	11,1	6,4	8,4	(1)-	0,8
Mai./11	7,7	10,9	6,7	8,3	(1)-	0,7
Jun./11	7,8	-	6,7	-	1,1	-

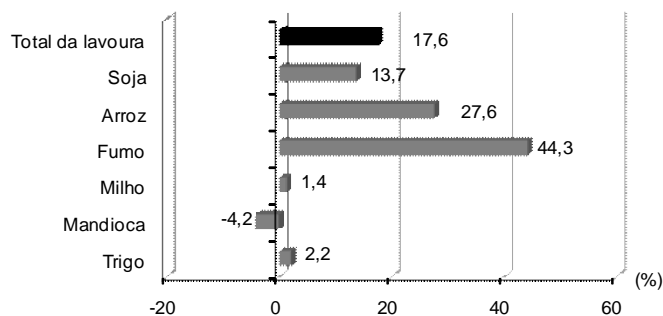
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Gráfico 3

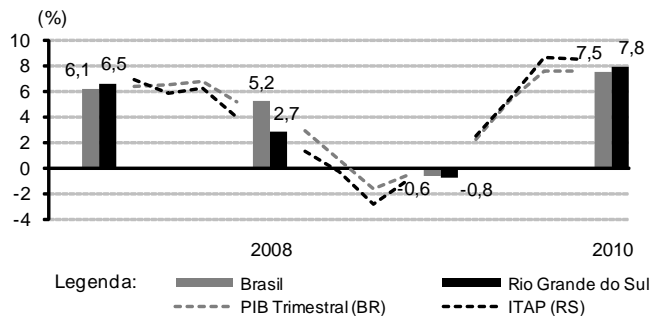
Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — 2011



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCS.

Gráfico 4

Taxas de variação do PIB e do Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP) no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2007-10



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

NOTA: 1. O ITAP foi utilizado como proxy do PIB Trimestral no RS.
2. ITAP e PIB Trimestral do Brasil estão representados por suas taxas acumuladas em quatro trimestres.

Estimativas da FEE apontam queda da taxa de crescimento da população gaúcha ao longo da década

Em novembro do ano passado, o IBGE divulgou os primeiros resultados do Censo 2010, apresentando o RS com 10,7 milhões de habitantes, correspondente a um crescimento populacional de 5% na última década (bem abaixo dos 12,3% da média nacional), sendo o Estado com menor crescimento no período.

Com o lançamento recente da Sinopse do Censo, foram divulgadas as populações abertas por município, sexo e, pela primeira vez para esse Censo, idade. Essa nova informação permitiu à FEE estimar, através de interpolação entre os Censos 2000 e 2010, a população de cada município, por sexo e faixa etária, para os anos de 2001 a 2009.

As estimativas apontam que, embora o crescimento populacional do RS tenha sido de apenas 0,49% ao ano na última década (o segundo Estado com menor crescimento foi a Bahia, com 0,71%), essa taxa foi ainda menor nos últimos anos. Conforme as estimativas, em 2001, o Estado cresceu 0,71%; em 2002, 0,55%; entre 2003 e 2008, a taxa decaiu gradualmente, até atingir um mínimo em 2008; e, em 2009 e 2010, teve um comportamento quase constante, apresentando um

leve aumento. Assim, se forem analisados somente os últimos quatro anos, o crescimento médio anual foi de apenas 0,39%.

Enquanto os dados da amostra do Censo não são divulgados, as evidências indicam que essa redução da taxa se deve, sobretudo, à queda do número de nascimentos no Estado: ao se analisar o número de pessoas em cada idade entre zero e nove anos, pode-se estabelecer em qual período essas pessoas nasceram. O que o Censo mostra é que o número de pessoas com nove anos (nascidas entre 2 de agosto de 2000 e 1º de agosto de 2001) é maior que o de pessoas com oito anos (nascidas no ano seguinte), que é maior que o de pessoas com sete anos e assim sucessivamente até o número de pessoas com dois anos de idade. Após, há certa estabilidade, com leve alta no número de pessoas com zero e um ano.

Desconsiderando o saldo migratório (historicamente baixo no Estado) e dado que a quantidade de mulheres em idade fértil não se alterou significativamente no período, pode-se inferir que a principal razão da redução dos nascimentos e, conseqüentemente, da taxa de crescimento, está na queda da taxa de fecundidade.

Crescimento populacional estimado para o Rio Grande do Sul — 2001-10

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005
Estimativa nascimentos (pessoas)	160 001	143 847	141 683	141 304	140 652
Taxa de crescimento populacional (%)	0,71	0,55	0,53	0,52	0,52
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
Estimativa nascimentos (pessoas)	137 599	130 808	124 518	124 849	127 934
Taxa de crescimento populacional (%)	0,49	0,42	0,36	0,37	0,39

FONTE: FEE/CIE/NISA.

NOTA: Foi considerado o período de 1º de agosto de um ano a 2 de agosto do ano seguinte.

Pedro Zuanazzi (FEE/CIE)

Máquinas agrícolas lideram crescimento das exportações para a Argentina

As exportações do Rio Grande do Sul para a Argentina alcançaram US\$ 906,6 milhões no primeiro semestre de 2011. Comparativamente com o mesmo período de 2010, durante o qual foram exportadas mercadorias totalizando US\$ 735,5 milhões, houve um crescimento, em valor, de 23,3%. Além disso, nos primeiros seis meses de 2011, as exportações para a Argentina ultrapassaram os valores do primeiro semestre de 2008, quando, antes da crise, o Rio Grande do Sul havia exportado US\$ 769 milhões.

O aumento de US\$ 171,2 milhões em 2011, em relação a 2010, decorre principalmente das exportações do setor de máquinas e equipamentos, que alcançaram US\$ 204,0 milhões em

2011, contra US\$ 81,1 milhões em igual período de 2010. A participação desse segmento aumentou para 22,5% do total das exportações para a Argentina em 2011, contra 11,03% no primeiro semestre de 2010. Tal resultado advém, em sua maior parte, do aumento da demanda argentina por máquinas agrícolas e equipamentos relacionados à produção do complexo agropecuário, como máquinas ceifeiras e debulhadoras. Também contribuíram para o bom desempenho do primeiro semestre os setores de montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias e de fabricação de produtos químicos, com incrementos nas exportações de, respectivamente, US\$ 37,3 milhões e US\$ 51,6 milhões.

Exportações do Rio Grande do Sul para a Argentina — jan.-jun. 2009-11

DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN/09		JAN-JUN/10		JAN-JUN/11		Δ % 2011/2010
	Valor (US\$ milhões)	Participa- ção %	Valor (US\$ milhões)	Participa- ção %	Valor (US\$ milhões)	Participa- ção %	
TOTAL	478,5	100,0	735,5	100,0	906,6	100,0	23,3
Fabricação de produtos químicos	140,5	29,4	235,0	31,9	286,6	31,6	22,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	66,4	13,9	81,1	11,0	204,0	22,5	151,5
Fabricação e montagem de veículos au- tomotores, reboques e carrocerias	22,6	4,7	43,4	5,9	80,7	8,9	85,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex.

Bruno Breyer Caldas (FEE/CIE)

Inflação, valorização monetária e crise: as lições que vêm dos EUA, da Europa e da China

A hegemonia política pressupõe uma subordinação que é, pelo menos em parte, consentida. E uma dominação só é efetivamente consentida quando ela traz progresso para o dominado, capacitando-o à autonomização. A verdadeira hegemonia promove, pois, a sua crise. E, quando a crise se impõe, só sobra a dominação sem máscaras. Os que se surpreendem com a crescente displicência dos EUA para com os interesses da periferia ainda não se conscientizaram do tamanho de sua crise. O cobertor fiscal norte-americano já está tão curto que não dá sequer para manter o padrão de vida de sua classe trabalhadora. Como se surpreender que eles não possam mais exportar benefícios?

Incrível é que os EUA tenham conseguido impor suas regras até aqui. A revalorização do dólar ao longo dos anos 90 ampliou o poder de compra norte-americano, via barateamento dos importados, e viabilizou o que parecia impossível: consumismo e excesso de poupança financeira. Foi o que alimentou a loucura da Bolsa dos anos 90 e a recente loucura imobiliária nos EUA. Enquanto a “pirâmide” funcionava, todos acreditavam estar mais ricos e consumiam “por conta” tudo o que os chineses produziam.

A China vendia seus produtos intensivos em mão de obra a preços ínfimos, sustentando sua competitividade na desvalorização deliberada de sua moeda (o RMB) frente ao dólar. Com o estouro da bolha, os EUA precisam desvalorizar o dólar e demonizam a “ditadura chinesa” por administrar o seu câmbio, mantendo o RMB barato.

Obedientes são a Europa e o Brasil, que fazem a política dos EUA, valorizando suas moedas e assumindo o ônus da depreciação do dólar. A China é o filho rebelde. Ao contrário do Japão — que concordou em valorizar o yen em 200% frente ao dólar, entre 1985 e 1990, e até hoje paga o preço! —, a China não se deixa enquadrar. Tal como se vê na tabela, entre 2002 e 2010, o RMB foi a moeda que menos se valorizou frente ao dólar. Nesses nove anos, a China cresceu 150% (com inflação de 23%); o Brasil, 40% (com 78,28% de inflação); a Grécia, 21% (35% de inflação); e a Itália, menos de 1% (com 22% de inflação).

Os diferenciais de inflação no interior da Europa só podem surpreender aqueles que acreditam que a inflação é função da (e pode ser controlada pela) política monetária, unificada pelo Banco Central Europeu desde 2002. Como se pode observar, a inflação acumulada pela Grécia em nove anos de euro foi 20% superior à alemã. E a inflação chinesa foi similar à italiana, a despeito de a China haver crescido 200 vezes mais. Por quê?

A unificação econômica europeia levou a uma nova divisão do trabalho entre o núcleo industrial e a periferia na Zona do Euro. A indústria de transformação intensiva em capital e tecnologia e as *commodities* (importadas por portos e sistemas logísticos e de distribuição do Mar do Norte) ficaram sob o controle dos ricos, enquanto as periferias mediterrânea e atlântica se especializavam em serviços (com ênfase no eixo turismo-gastronomia) e construção civil.

O resultado aparece na evolução do saldo da balança de transações correntes. Enquanto Alemanha, Holanda e China acumulam saldos positivos e crescentes, todos os demais acumulam saldos negativos.

Quando os países periféricos europeus abriram mão de sua autonomia cambial, os apoletas da nova ordem anunciavam uma redivisão pós-moderna do trabalho: os mediterrânicos e os atlânticos assumiam suas vantagens de prestadores de serviços, enquanto os ricos buscavam salvar a sua tradicional hegemonia industrial. De fato, sobrava para a periferia aquilo que escapava à pressão competitiva do câmbio por não se poder importar: os serviços e os imóveis. O resultado foi a exponenciação da valorização monetária do euro nos países de maior inflação, aprofundando a exposição competitiva de sua indústria, o que os envolveu num “redemoinho vicioso”.

Nem os EUA conseguem sustentar uma economia movida por déficits crescentes em suas contas externas, explosão de consumo e investimento em imóveis. Em 2008, entrou em crise. E, desde então, vem aprofundando os esforços para valorizar as demais moedas frente ao dólar. A Grécia recusou-se a ver a crise que se anunciava pela hipervalorização de sua moeda e caiu no abismo.

Mas nem mesmo a Grécia foi tão longe quanto o Brasil. De 2002 a 2010, a valorização nominal do real foi de 66%. Mas, como a inflação brasileira é muito superior à norte-americana, a valorização real nesse período foi de 93%. E isso não é tudo: 2002 foi um ano eleitoral, e o real desvalorizou-se por um ataque especulativo. Se se toma a dinâmica entre 2003 e 2011, a valorização real do real foi de 191%, similar à valorização do yen no final dos 80, que pôs o Japão em crise. Como o Brasil conseguiu essa proeza? Abrindo mão de qualquer política de controle de preços a partir da defesa e do aprofundamento da concorrência interna (como faz a China) e entregando-se integralmente à âncora monetário-cambial. Mas, como a inflação é capitaneada pelos serviços, a depressão dos preços dos importados não a afeta, e ela cede pouco. Até quando a indústria aguentará antes de o Brasil virar a Grécia da vez?

Indicadores econômicos de países selecionados — 2002-10

PAÍSES	TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB (%)			TAXA DE INFLAÇÃO (%)			VALORIZAÇÃO REAL FRENTE AO DÓLAR (%)			TRANSAÇÕES CORRENTES/PIB (%)		
	Acumulado 2002-10	2009	2010	Acumulado 2002-10	2009	2010	Acumulado 2002-10	2009	2010	Acumulado 2002-10	2009	2010
Brasil	40,3	-0,6	7,5	78,3	4,9	5,0	93,3	-3,5	17,4	-0,2	-1,5	-2,3
China	149,9	9,2	10,3	22,7	-0,7	3,3	21,8	1,3	2,6	6,3	6,0	5,2
França	10,5	-2,5	1,5	18,2	0,1	1,7	41,8	-4,4	-4,8	-0,6	-1,9	-2,1
Alemanha	7,3	-4,7	3,5	15,2	0,2	1,2	38,3	-4,3	-5,4	5,0	5,0	5,3
Grécia	21,2	-2,0	-4,5	34,9	1,4	4,7	61,9	-3,3	-2,0	-9,8	-11,0	-10,4
Irlanda	21,1	-7,6	-1,0	20,0	-1,7	-1,6	44,0	-6,2	-7,9	-2,6	-3,0	-0,7
Itália	0,7	-5,2	1,3	21,9	0,8	1,6	46,3	-3,8	-4,9	-2,0	-2,1	-3,5
Holanda	12,1	-3,9	1,7	17,4	1,0	0,9	40,9	-3,6	-5,6	6,1	4,6	7,1
EUA	16,7	-2,6	2,8	23,2	-0,3	1,6	0,0	0,0	0,0	-4,7	-2,7	-3,2

FONTE: FMI. World Economic Outlook Database.

Ocorrência de eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul

A ocorrência de eventos climáticos extremos — secas, tempestades, enchentes, furacões, ondas de calor e de frio — aumentou muito, em frequência e intensidade, no mundo todo, nos últimos anos, ocasionando impactos negativos para a economia, a sociedade e o meio ambiente. Para os pesquisadores do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a elevação das temperaturas no planeta já é uma evidência comprovada: cerca de 0,7°C no último século e previsão de aumento entre 1,6°C e 4°C até 2100. Com isso, as mudanças no clima tornam-se cada vez mais perceptíveis. Dentre as tendências para o Rio Grande do Sul, uma é de alteração significativa no regime de precipitação, com períodos prolongados de estiagem, intercalados com outros de grandes volumes de chuvas em um curto espaço de tempo. O déficit hídrico nos períodos de precipitação escassa e os problemas ocasionados pela precipitação intensa (enxurradas, enchentes, alagamentos, deslizamentos e erosão) têm impactos negativos nas áreas tanto urbanas como rurais.

Nos últimos oito anos (2003 a 2010), a Defesa Civil do Rio Grande do Sul registrou a ocorrência de eventos climáticos extremos relacionados à falta ou ao excesso de chuvas, com algum tipo de prejuízo, em 458 municípios do Estado, o que representa mais de 90% do total de municípios gaúchos. Dos municípios atingidos, 20 registraram apenas eventos relacionados ao excesso de chuvas (inundação, enchente, enxurrada e/ou alagamento), 262, somente eventos associados à falta de chuvas (estiagem e/ou exaurimento dos recursos hídricos), e 176 (cerca de 40% do total dos municípios atingidos) apresentaram pelo menos uma ocorrência de cada tipo (mapa).

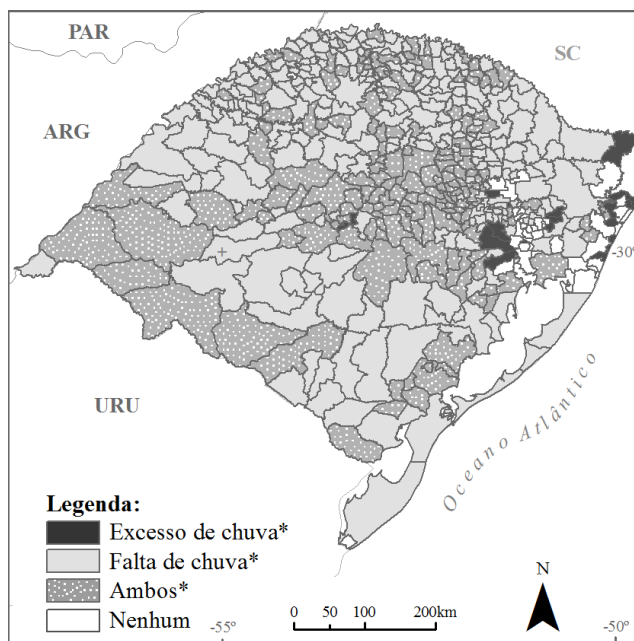
Dentre os 438 municípios que apresentaram ocorrências de falta de chuvas, 351 tiveram registros em, pelo menos, dois anos, e sete municípios (Aratiba, Fontoura Xavier, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Pinhal, Seberi e Severiano de Almeida), todos localizados no norte do Estado, em cinco anos do período. No caso dos 196 municípios atingidos por eventos relacionados ao excesso de chuvas, 49 tiveram registros em, pelo menos, dois anos, e dois (Colinas e Fontoura Xavier), em cinco anos. O Município de Fontoura Xavier foi o que apresentou o maior número de eventos relacionados tanto à falta como ao excesso de chuvas.

Nos anos sob influência do El Niño, o esperado para o Rio Grande do Sul são precipitações bem distribuídas ao longo do ano e com volumes acima da média histórica. Embora sob efeito desse fenômeno, o Estado apresentou, em 2004 e 2005, os maiores números de municípios com ocorrência de

falta de chuvas, 384 e 372 respectivamente, sendo que o período sem registros de precipitação chegou a quatro meses em alguns municípios. Já o ano de 2010, também sob influência do El Niño, foi o que apresentou a maior quantidade de municípios (135) com registro de ocorrências relacionadas ao excesso de chuvas.

Embora a série temporal estudada não contemple os 30 anos recomendados pela Organização Mundial de Meteorologia (OMM) para estudos do clima, a perspectiva identificada de mudanças acentuadas na dinâmica climática global é preocupante, na medida em que já se verifica, no cenário atual, um quadro de intensa manifestação de eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul.

Municípios, conforme a ocorrência de eventos climáticos extremos, do RS — 2003–10



FONTE: Defesa Civil do Rio Grande do Sul.

NOTA: O sinal * indica, pelo menos, uma ocorrência no período.

Mariana Lisboa Pessoa (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 1º.08.11).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.



**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial da Carta: André Luis Contri (Editor-chefe), André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Editoração: Maria Inácia Flôr Reinaldo e Valesca Casa Nova Nonnig (revisão), Ezequiel Dias de Oliveira e Rejane Maria Bondanza Lopes (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br